



MINISTÉRIO DA FAZENDA

GMN.

Sessão de 23 de julho de 1982

ACORDÃO Nº-CSRF/03-0.964

Recurso nº -RP/303-0.707

Recorrente FAZENDA NACIONAL

Recorrido TERCEIRA CÂMARA DO TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

SUJEITO PASSIVO: IBM DO BRASIL INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA.

CONTROLE DAS IMPORTAÇÕES. Divergência quanto ao nome de fabricante em mercadoria importada. Comprovado que se trata de peça fabricada por encomenda da importadora, para uso exclusivo na composição de produtos de sua fabricação no país, em regime de entreposto industrial, tem-se por irrelevante a divergência. Recurso especial negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto pela FAZENDA NACIONAL:

ACORDAM os Membros da Câmara Superior de Recursos Fiscais, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso especial.

Sala das Sessões (DF), em 23 de julho de 1982.

AMADOR OUTEIRO FERNANDEZ

- PRESIDENTE

FRANCISCO MARTINS LEITE CAVALCANTE

- RELATOR

LUIZ FERNANDO OLIVEIRA DE MORAES

- PROCURADOR DA
FAZENDA NACIONAL

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: LUIZ CARLOS NOGUEIRA, HINDEMBURGO DOBAL TEIXEIRA, PAULO DE ALMEIDA, PAULO CÉSAR DE ÁVILA E SILVA, EDWALDO REIS DA SILVA e SEBASTIÃO RODRIGUES CABRAL.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PROCESSO N.º 0830/052.471/81-32

RECURSO N.º.-RP/303-0.707

ACÓRDÃO N.º:CSRF/03-0.964

RECORRENTE:FAZENDA NACIONAL

RECORRIDA: TERCEIRA CÂMARA DO TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

SUJEITO PASSIVO: IBM DO BRASIL INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E SERVIÇOS
LTDA.

R E L A T Ó R I O

Pelo Acórdão nº 21.016, a Douta Câmara recorrida deu provimento a recurso do contribuinte, em decisão assim ementada de fls. 181:

"Divergência do nome do fabricante. Não constitui infração punível, a simples divergência do nome do fabricante, em mercadoria importada, desde que presentes os demais requisitos quanto ao preço, peso, quantidade e classificação tarifária.

Do recurso especial (fls. 184/188), releva transcrever os itens 7 a 21, quanto segue:

"7. O presente processo versa sobre matéria que passou a ocorrer atualmente em razão da nova legislação levando a douta maioria a aceitar a argumentação da interessada como válida.

8. A multa aplicada foi em decorrência de descumprimento das normas de controle das importações criadas pela Lei nº 6.562, de 18 de setembro de 1978, que deu nova redação ao artigo 169 do Decreto-lei nº 37/66.

9. É oportuno lembrar aos ilustres julgadores, que o artigo 169 em questão tinha a seguinte redação:

"Art. 169 - O artigo 60 da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 60 - As infrações de natureza cambial, apuradas pela repartição aduaneira, serão punidas com:

I - multa de 100% do respectivo valor.....

II- multa de 100% do valor da fraude

10. Ora, em razão das questões surgidas, sempre que havia divergência entre a mercadoria submetida à despacho e aquelas constantes de guias de importação ou licenças de importação, o Poder Judiciário passou a decidir, considerando inexistente a infração cambial de 100% (considerada elevada) em razão do descumprimento de normas de importação.

11. O Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, projeto de lei, dando outras características à infração, e com a nova denominação de Infrações Administrativas ao Controle das Importações, procurou estabelecer diferentes percentuais, variando de 20 a 100% para a aplicação daquela multa, levando em conta, variáveis circunstâncias, inclusive de tempo, prazos etc.

12. Assim é, que no artigo 2º, inciso III estabelece:

"Descumprir doutros requisitos de controle de infração, constantes ou não de guia de importação ou documento equivalente:

d) não compreendidos nas alíneas anteriores:

Pena: multa de 20% (vinte por cento) do valor da mercadoria.

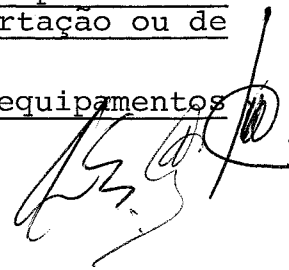
13. É exatamente o caso presente. A interessada através de documentos que instruíram o despacho aduaneiro apresenta divergências em relação à guia de Importação emitida pela Cacex para aquele fim especificou, caracterizando-se a infração administrativa aos controles de importação, a que se refere a Lei 6.562/78.

14. Diz expressamente aquela Lei em seu artigo 2º § 7º, que:

"Não constituirão infrações:

II - nos casos do inciso III do caput deste artigo, se alterado pelo órgão competente os dados constantes da guia de importação ou de documento equivalentes.

III- a importação de máquinas e equipamentos



declarante origináveis de determinado país ,
constituindo um tudo integrado, embora conte
nham partes ou componentes produzidos em outros
países que não o indicado na guia de importa
ção."

15. Assim, torna-se necessário para que não venha a ser considerada como infração, que a interessada promova alteração na guia de Importação, através do aditivo para sanar eventuais divergências ocorridas após sua inscrição.

16. Outrossim, somente não será considerada infração quando esta divergência, relacionada com outro país de fabricação mas apenas e exclusivamente ocorrer em relação à componentes de um só equipamento.

17. No caso em tela, a interessada fez constar da DI de fls. como fabricante a própria IBM Corporation, quando na realidade é de outra empresa.

18. No ato de conferência física da mercadoria ficou constatada a divergência, originando-se o Auto de Infração de fls.

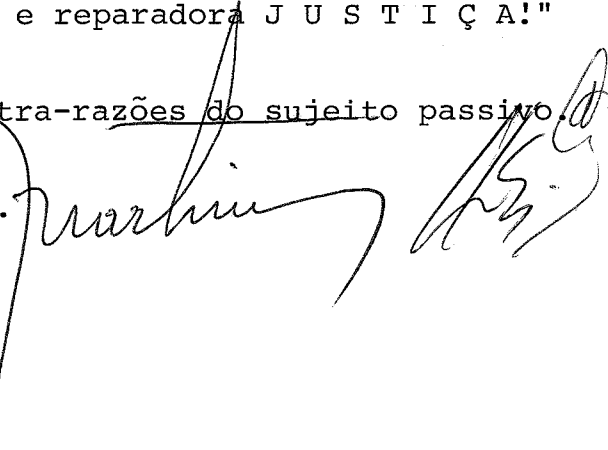
19. A interessada admite que o fabricante foi outra empresa, tentando apenas justificar com a alegação de que se trata de encomenda exclusiva.

20. No presente processo — a mercadoria foi fabricada por outra empresa que não a IBM, em desacordo com o que foi autorizado pela Cacex na G.I., constituindo-se em infração administrativa ao controle das importações.

21. À vista do exposto, resta a necessidade imperiosa da reforma do Acórdão recorrido, praticando ato de inteira e reparadora J U S T I Ç A!"

Não houve ~~contra-razões do sujeito passivo.~~

É o relatório.



V O T O

Conselheiro FRANCISCO MARTINS LEITE CAVALCANTE, Relator:

Reporto-me ao brilhante voto do Conselheiro Sidney de Campos Pessoa, Relator do Acórdão recorrido, "in verbis" (fls. 182/183):

"Em nenhum momento, a Fiscalização ou o prolator da decisão recorrida fizeram menção do fato de que a mercadoria importada deixasse de apresentar qualquer discrepância quanto ao peso, ao preço, ao valor, à quantidade, à qualidade ou classificação tarifária, em relação à documentação que instituiu o despacho.

Já é jurisprudência mansa e pacífica desta Câmara e da própria Câmara Superior de Recursos Fiscais que a simples divergência do nome do fabricante em mercadoria importada, desde que presentes aqueles requisitos, desnatura a infração ao art. 169, inc. II, letra "d", do Decreto-lei nº 37/66, com a nova redação da Lei nº 6.562/78.

Coerente com tal posicionamento, dou provimento ao recurso para cancelar a exigência fiscal.

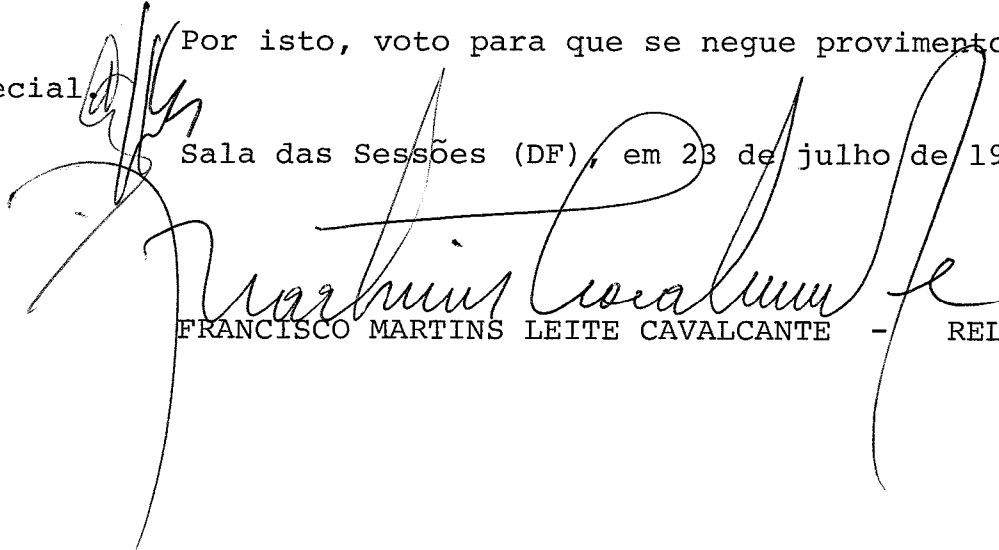
É o meu voto."

Ademais, com a documentação de fls. e seguintes ficam comprovada a alegação da importadora de que trata de peças fabricadas por encomenda sua, para uso exclusivo na fabricação de seus produtos no país, em regime de entreposto industrial.

Por tais circunstâncias, torna-se irrelevante a divergência do nome do fabricante, no caso sem nenhuma importância para o controle das importações.

Por isto, voto para que se negue provimento ao recurso especial.

Sala das Sessões (DF), em 23 de julho de 1982.


FRANCISCO MARTINS LEITE CAVALCANTE - RELATOR.